



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL - SG**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM**  
**DIRETORIA TÉCNICA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI**

**PROJETO BÁSICO**

**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.**

**Foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 1/2019º) com eventuais acréscimos sem a perda do seu conteúdo original.**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)**

1.1. Contratação, mediante dispensa de licitação, da Rede Nacional de Pesquisa(RNP), para viabilizar a conexão do Censipam ao backbone da rede de dados da RNP, incorporando-o ao conjunto de Organizações Usuárias do Sistema RNP, mediante a gestão operacional dos recursos para a manutenção e operação da rede, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN. 01/2019, ART. 14)**

**2.1. Bens e serviços que compõem a solução**

Tabela 1 - Serviços que compõem a solução a ser adquirida.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE
Único	1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	27081	Unidade	4
	2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	24597	Unidade	1

2.1.1. O código 27081- "Serviços de integração de sistemas em tecnologia da informação e comunicação (tic)" e 24597- "Manutenção - planejamento de serviços", se encontram cadastrados e ativos no CATSER-TI - Estrutura do Catálogo de Serviços de TIC do MPDG. Além disto, consta no portal de Painel de Preços no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

**2.2. Especificações Técnicas**

2.2.1. As especificações se encontram no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

**2.3. Bens/Serviços de Natureza Comum**

2.3.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

**2.4. Da continuidade da solução**

2.4.1. A natureza do serviço que compõe o objeto deste processo em questão se enquadra como um serviço contínuo e o mesmo é considerado fundamental para as atividades do Censipam.

2.4.2. O inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 limita a duração de contratos cujo objeto seja a execução de serviços contínuos, até sessenta meses, após o início da vigência do contrato.

**3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

**3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1. O Censipam é responsável por promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento. Utilizando-se de instrumentos para sistematização das informações é possível disponibilizar produtos e serviços gerados de forma continuada, com suporte informacional às atividades

técnico-científicas, apoiando às operações de campo temáticas e às campanhas de pesquisa e desenvolvimento de parceiros, comunidade científica e sociedade em geral.

3.1.2. O corpo técnico do Censipam é constituído por analistas da carreira de Ciência e Tecnologia, ingressados através da realização de um concurso público. Para cumprir a Missão do Órgão nas diversas Iniciativas Estratégicas, o Censipam busca cooperação com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, cuja missão consiste em promover o uso inovador de redes avançadas no Brasil, em especial na Região Norte do país, por meio da captação em projetos relevantes àquela área.

3.1.3. A implementação de ações que apoiem o desenvolvimento de pesquisa, inovação e formação de competências locais na região Amazônica por meio do estabelecimento de política de PD&I e do envolvimento das instituições de ensino e pesquisa são convenientes e oportunas, uma vez que ainda há uma série de lacunas no conhecimento e nas tecnologias necessárias à plena execução da missão do Censipam, cuja participação na Rede Nacional de Pesquisa, potencializará a estruturação da pesquisa de forma adequada, em ambientes temáticos, com estabelecimento de políticas; ampliação da abrangência do conhecimento; confiabilidade da rede; e proteção da disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações; requisitos primordiais contemplados nos objetivos estratégicos.

3.1.4. O Censipam é reconhecido, desde 2008, como entidade de pesquisa junto ao **CNPq**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – **CAPDA**, e vem qualificando os recursos humanos para pesquisas aplicadas nas áreas de monitoramento ambiental, territorial e temático; inteligência tecnológica; tecnologia da informação; e governança e gestão na região Amazônica, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia. A tradição de pesquisa dentro do Órgão vem por meio de Acordos de Cooperação com instituições como CNPq, FAPEAM, INPA, FAPESPA, firmadas para o estudo e desenvolvimento de soluções inovadoras e avançadas ao longo de vários anos.

3.1.5. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP é uma organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, responsável pelo backbone da rede acadêmica brasileira, conhecida com Rede Ipê, que é uma plataforma digital para educação, pesquisa e inovação com alcance nacional, em fibra ótica de alta velocidade e pontos de presença em todas as capitais, fornecendo conexão de qualidade e possibilidade de transmissão de grandes volumes de dados, para projetos científicos e desenvolvimento de novas tecnologias, a qual o Censipam ingressou em 2021, por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED, junto ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

3.1.6. Ocorre que ainda no início de 2021, este Censipam começou o processo de celebração de TED junto ao MCTI para adesão ao contrato de gestão entre este Ministério e a RNP, visando a manutenção da parceria. Após elaboração conjunta com a RNP, em meados de junho de 2021, das minutas do Termo de Execução Descentralizada e o respectivo Plano de Trabalho para o Censipam, faltava a manifestação inicial, ainda pendente, e necessária do MCTI no interesse pela continuidade na celebração do acordo.

3.1.7. A manifestação relacionada à celebração do TED ocorrera apenas em 1º de outubro de 2021, por meio do Ofício Nº 11541/2021/MCTI (4224620), encaminhado pelo Diretor de Serviços e Soluções da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, prejudicando, S.M.J., o planejamento inicial, posto que a vigência do TED findaria em 02/12/2021.

3.1.8. Em que pese ao interesse deste Centro Gestor no acesso à rede da RNP, sugere-se celebração por contrato administrativo com Rede Nacional de Pesquisa, considerando: a agilidade pela eliminação de um ator no processo de contratação; a economia no custo administrativo para vigência superior à anual; a mitigação de interferência processual alheia ao Censipam; e a personalização do contrato para o Órgão.

3.1.9. Responsável pela execução do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (PRO-RNP), a RNP possui gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Defesa (MD), além da Secretaria Especial da Cultura, recentemente vinculada ao Ministério do Turismo (SC/MTur), de redes para educação e pesquisa. Através de sua infraestrutura nacional avançada de comunicação e colaboração, integra mais de 1.500 campi de organizações usuárias e financia projetos de pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) acadêmica, além da realização de capacitação de recursos humanos especializados.

3.1.10. No que se refere a proteção de dados pessoais, a RNP possui sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Sistema RNP (PPDP-RNP) aderente a LGPD conforme demonstrado no Anexo Política LGPD RNP (4490646).

3.1.11. Documentações complementares a RNP se encontram no Anexo Documentação RNP (4369122).

3.1.12. A conexão das unidades do Censipam ao backbone de dados da RNP permitirá o uso de alguns dos serviços básicos tais como:

- Eduroam: As Instituições que fazem parte da comunidade do *eduroam* fornecem aos Servidores/Colaboradores acesso seguro a conexões sem fio espalhados em universidades, centros de pesquisa, praças públicas, aeroportos e cafeterias, dentro ou fora de seu país; e aos visitantes, a Instituição participante desta comunidade pode fornecer acesso seguro à rede Wi-Fi local.
- Federação café: Por meio de uma conta única, o usuário pode acessar, de onde estiver, os serviços de sua própria instituição e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação.
- ICPEdu: Possibilita a emissão de certificados para membros de sua instituição, de forma rápida e automatizada. Também permite que instituições emitam certificados SSL duplamente qualificados.
- Videoconferência: permite que os usuários de instituições clientes possam realizar reuniões entre participantes que estão distantes geograficamente por meio de salas virtuais.

3.1.13. Dentre as ações estratégicas previstas no planejamento estratégico do Censipam (2022/2024), a implantação da nuvem privada do Censipam permitirá, por meio da rede de dados da RNP, a possibilidade de exposição dos dados provenientes do parque de sensores componentes do Sistema de Proteção da Amazônia, destacando-se as Estações Meteorológicas de Superfície, Radars Meteorológicos, produtos provenientes de aerolevantamentos e resultados dos sensores embarcados em satélites, à comunidade científica nacional de forma sistematizada; e da geração de conhecimento temático, fruto da análise de dados de Órgãos parceiros que, por meio do representante nomeado, integram o Grupo de Proteção da Amazônia no Censipam; insumos, estes, que julga-se relevantes ao aperfeiçoamento e projeção de pesquisas científicas nacionais, especialmente nas áreas afetadas pelo ambiente amazônico.

3.1.14. Tendo em vista a natureza da demanda de conectividade apresentada, compreende-se que ela se adere aos objetivos estratégicos da RNP a seguir listados:

- *II. Prover serviços de infraestrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, educação e cultura;*
- *III. Promover a disseminação de tecnologias de informação e comunicação, através de implementação, em nível de produção, de novos protocolos, serviços e aplicações, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações;*
- *VI. Promover o fomento e a cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional da RNP, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços.*

3.1.15. Em função da exclusividade de acesso e gestão a estrutura de redes da RNP, é necessário a celebração de contrato administrativo junto a esta instituição posto que a mesma detém a exclusividade de prestação dos serviços de conectividade de rede de dados ora pretendido pelo Censipam.

## 3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. A contratação está em consonância com os documentos estratégicos elencados no art. 6º da IN SGD/ME nº 1/2019.

3.2.2. Os levantamentos realizados neste documento estão alinhados com os requisitos tecnológicos atualmente utilizados no Censipam, estabelecendo uma relação de paridade com as

necessidades/demandas.

3.2.3. As necessidades de negócio descritas na tabela a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 2 - Objetivos a serem alcançados

ID	Objetivos	Benefícios/Resultados (Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade)
1	Prover conectividade dos centros de pesquisa do Censipam ao backbone de dados da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), disponibilizando um serviço de rede moderno e de alto desempenho, aliado a um portfólio de serviços de comunicação e aplicações de colaboração a distância.	Efetividade
2	Prover e ampliar meios de realização de pesquisas e divulgação de informações	Efetividade
3	Disponibilidade de assistência técnica especializada, como meio de garantir a manutenção plena da execução dos serviços de Link de dados durante toda a vigência contratual.	Eficácia

Tabela 3 - Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional

<b>Planejamento Estratégico Institucional 2022/2024</b>
Objetivo Estratégico: OE2 - Aprimorar os produtos e serviços existentes.  Projeto Estratégico: 2PE7 - Aprimorar a conectividade em locais de interesse do Censipam.
Objetivo Estratégico: OE5 - Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.  Projeto Estratégico: 5PE6 – Aprimorar a infraestrutura de TI.

Tabela 4 - Alinhamento ao PDTIC 2020-2023

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	OBJETIVO TI	DEMANDANTE	NECESSIDADE

5	Ingresso a Redes de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	DITEC	Acesso a Redes de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D
<b>Ação:</b>	Ingresso a Redes de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	<b>Indicador:</b>	8.3. Índice de satisfação com as ferramentas de comunicação

Tabela 5 - Alinhamento ao Plano Anual de Contratações

<b>ALINHAMENTO AO PAC 2022</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
253/22	Backbone RNP

Tabela 6 - Alinhamento ao Plano de Trabalho Anual do Censipam

<b>ALINHAMENTO AO PTA 2022</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
112/22	Backbone RNP

3.2.4. O Censipam ainda não instituiu a sua Política de Governança Digital motivo pelo qual não foi indicado o alinhamento da contratação a referida política.

3.2.5. Como o objeto pretendido não trata de oferta digital de serviços públicos, não há a necessidade de integração à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

### 3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. Para o atendimento as necessidades elencadas, os seguintes itens abaixo serão adquiridos de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas:

Tabela 7 - Estimativa das necessidades

<b>LOTE</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTDE</b>
Único	1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	Unidade	4
	2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	Unidade	1

3.3.2. O quantitativo de 04 (quatro) unidades do item 1 se justifica em razão da necessidade de conexão ao backbone da RNP nas 04 (quatro) unidades do Censipam (CCG, CR-PV, CR-BE e CR-MN).

3.3.3. Para o item 2 é requerida apenas uma unidade para a prestação de serviço de consultoria e suporte aos técnicos do Censipam, o mesmo se refere a remuneração dos serviços técnicos da RNP no suporte, manutenção e coordenação do projeto de conectividade aos pontos do CCG e demais Centros Regionais na responsabilidade da Contratada monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade da mesma assim como de serviços administrativos relacionados ao contrato a ser firmado.

#### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. O art. 23, paragrafo 1º, da Lei 8666, de 1993, determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

3.4.2. Neste sentido, a Súmula TCU nº 247 dispõe que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

3.4.3. Orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

**“9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha,** em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

(...)

**9.3.4. a pesquisa de mercado,** prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, **deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes,** definidos no Pregão SRP 96/2012;”(grifou-se)

(...)

**“29. A jurisprudência desta Casa,** consubstanciada na Súmula TCU 247, **é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes,** compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor:

(...)”

3.4.4. O item 1 do objeto pretendido deve ser atendido por um conjunto de serviços técnicos especializados em TIC, relacionados a conectividade ao Backbone da rede de dados da RNP para suportar a conectividade entre o CCG e Centros Regionais do Censipam e a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), e o item 2 se trata de serviços de apoio técnico/administrativo e coordenação do projeto.

3.4.5. O conjunto descrito deve funcionar harmonicamente, pois sem a conexão ao backbone da rede de dados da RNP, não há a possibilidade de se promover a referida conexão de outra forma posto que a RNP é detentora exclusiva da prestação do serviço de conectividade backbone da rede de dados da RNP.

3.4.6. Assim os itens que compõem o objeto pretendido somente podem ser adquiridos em conjunto posto que o prestador de serviços, no caso a RNP, é exclusivo.

#### 3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.6. A relação de benefícios e resultados a serem alcançados estão descritos na Tabela 3 - Objetivos a serem alcançados.

### 4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. DE NECESSIDADES DO NEGÓCIO (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “a”)

4.1.1. Prover a conexão da rede de dados do CCG e demais Centros Regionais ao backbone de dados da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), disponibilizando um serviço de rede moderno e de alto desempenho, aliado a um portfólio de serviços de comunicação e aplicações de colaboração a distância.

#### 4.2. DE CAPACITAÇÃO (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “b”)

4.2.1. Não se aplica.

4.3. **LEGAIS (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “c”)**

4.3.1. Lei nº 13.709/2018 e suas alterações - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.3.2. Lei nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

4.3.3. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.3.4. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3.5. Instrução Normativa SLTI nº 73/2020 – Dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

4.3.6. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.7. Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019 - dispõe sobre plano anual de contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.

4.3.8. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020/2023 - CENSIPAM.

4.3.9. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2022.

4.3.10. Plano Anual de Contratações - PAC, de 2022.

4.4. **DE MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “d”)**

4.4.1. A manutenção da conectividade ao backbone de dados da RNP e demais serviços decorrentes é de responsabilidade da Contratada no regime de 24x7.

4.5. **TEMPORAIS (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “e”)**

4.5.1. A implantação da conectividade ao backbone da RNP deve estar finalizada em até 45 dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.

4.5.2. Os serviços de manutenção da conectividade devem ser iniciados em até 5 dias corridos da finalização da implantação da conectividade ao backbone da RNP.

4.5.3. Os serviços de suporte deve ser iniciado em até 2 dias corridos da finalização da implantação do serviço de conectividade ao backbone da RNP.

4.6. **DE SEGURANÇA (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “f”)**

4.6.1. A Contratada firmará, em termo próprio, compromisso de manutenção de sigilo e segurança sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo Censipam ou contidos em quaisquer documentos e mídias, de que venha a ter acesso durante a etapa de repasse, de execução dos serviços e de encerramento contratual, não podendo, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para fins alheios à exclusiva necessidade dos serviços contratados. A possível divulgação desses dados ou informações está condicionada à autorização expressa do Censipam.

4.6.2. A Contratada, na execução dos serviços contratados, deverá observar a Política de Segurança da Informação do Ministério da Defesa, os normativos vigentes e as boas práticas relativas à segurança da informação, especialmente as indicadas nos normativos internos da Administração Pública Federal, em todas as atividades executadas.

4.6.3. O monitoramento do estado da rede de dados do backbone e todos os aspectos relacionados ao monitoramento, segurança da rede, configuração física/lógica será de responsabilidade da Contratada.

4.7. **SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “g”)**

- 4.7.1. Não se aplica
- 4.8. **DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “a”)**
- 4.8.1. Não se aplica.
- 4.9. **DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “b”)**
- 4.9.1. Não há novos processos que envolvam desenvolvimento de *softwares*, de técnicas ou de gestão específicos ao seu funcionamento.
- 4.10. **DE IMPLANTAÇÃO (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “c”)**
- 4.10.1. A contratada deverá fornecer um conjunto de blocos de endereçamento IP para cada unidade do Censipam, devidamente configurados com acesso "full" à rede de dados da RNP.
- 4.10.2. A Contratada deverá ativar os serviços acessórios que compõem a solução.
- 4.10.3. A Contratada deverá disponibilizar um portal para acompanhamento do serviço na web possibilitando consultas, visualizações e emissão de relatórios por parte do Censipam.
- 4.11. **DE GARANTIA (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.11.1. A Contratada deverá prover garantia dos serviços prestados durante todo o período de vigência contratual.
- 4.11.2. Vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato, improrrogável, conforme inciso II do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93.
- 4.12. **DE MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.12.1. A manutenção da solução fornecida será de responsabilidade da Contratada.
- 4.13. **DE COMUNICAÇÃO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.13.1. A Contratada deverá disponibilizar um profissional responsável pelo relacionamento com o Censipam, definindo as formas de integração das equipes.
- 4.13.2. A Contratada deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.
- 4.14. **DE CAPACITAÇÃO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “e”)**
- 4.14.1. Não se aplica
- 4.15. **DE EXPERIÊNCIA DA EQUIPE (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “f”)**
- 4.15.1. Caberá à Contratada manter profissionais que detenham a experiência necessária para desenvolver as atividades pertinentes a plena execução do Objeto contratual.
- 4.16. **DE FORMAÇÃO DA EQUIPE (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “f”)**
- 4.16.1. Caberá à Contratada manter profissionais capacitados a desenvolver as atividades pertinentes a plena execução do Objeto contratual.
- 4.17. **DE METODOLOGIA DE TRABALHO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “g”)**
- 4.17.1. A metodologia a ser executada na execução do objeto pretendido, deverá ser proposta pela Contratada e ser aprovada pelo Censipam.
- 4.18. **DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “h”)**
- 4.18.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.
- 4.18.2. Para tanto, quando da assinatura do contrato, a Contratada deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.
- 4.19. **OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS**
- 4.19.1. Não se aplica.
- 5. **DEVERES E RESPONSABILIDADES**



5.1. A Contratada e a Contratante devem assumir conjuntamente o compromisso de manter uma infraestrutura de rede avançada, de uso restrito, não-comercial, para o provimento de conectividade óptica, que permita o uso avançado da tecnologia da informação e de comunicação em prol da pesquisa científica e do ensino, por meio e em complemento à rede nacional existente representada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, RNP, contribuindo com uma cota anual de participação, decorrente de rateio de seus integrantes, a título de coparticipação, para a manutenção da infraestrutura da rede comunitária, em conformidade com as cláusulas e condições acordadas no contrato a ser celebrado.

**5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE - (IN SGD/ME 01/2019, art. 17, inciso I, alínea “a” – “h”)**

5.2.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.2.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico;

5.2.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.2.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.2.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos no contrato a ser celebrado;

5.2.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.2.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.2.10. Arcar com os custos do lançamento da última milha (infraestrutura de responsabilidade da instituição) para o acesso físico ao backbone da RNP, na medida necessária;

5.2.11. Permitir, sempre que necessário, o acesso dos técnicos do Núcleo de Operações e Controle (NOC) da RNP, responsável pela operação e manutenção da rede ou pessoal por ela indicados, nos locais onde se encontra instalada a infraestrutura da RNP, conforme descrito no Projeto Básico anexo a este instrumento, para atividades de manutenção, verificação do seu uso e conservação;

5.2.12. Participar, por conta própria, da gestão, operação e manutenção da infraestrutura da RNP de forma compartilhada com as demais instituições participantes;

5.2.13. Acatar todas as recomendações técnicas sobre o uso da infraestrutura e equipamentos de rede, emanados do Comitê Gestor da RNP, visando a sua conservação, segurança e eficiência;

5.2.14. Não ceder, sublocar, emprestar, ou comercializar com terceiros, a qualquer título, o direito de uso da infraestrutura cedida pela RNP, de acordo com o objeto pretendido, ainda que parcialmente, bem como alterar a sua utilização sem a autorização do Comitê Gestor da RNP;

5.2.15. Dar imediato conhecimento, por escrito, à RNP sobre qualquer irregularidade, defeito ou dano ocorrido com relação à infraestrutura de rede objeto pretendido, que possa causar algum prejuízo, direta ou indiretamente, sob pena de assumir quaisquer ônus pelo descumprimento do que lhe for atribuído;

5.2.16. Permitir à RNP, em consonância com o Comitê Gestor, realizar as alterações que se fizerem necessárias na infraestrutura da RNP, para atualização técnica e melhoria do seu desempenho;

5.2.17. Zelar pela infraestrutura da rede, assumindo, integralmente, a responsabilidade pelas perdas e danos, extravio, furto ou roubo do referido bem, obrigando-se a repor por outro igual com idêntica

característica ou efetuar o devido ressarcimento, a critério exclusivo da RNP, exceto se a mesma der causa;

5.2.18. Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da RNP na gestão do Contrato a ser celebrado por meio de seus representantes devidamente credenciados, que se encarregarão dos contatos com as equipes técnicas ou de gestão, para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto pretendido;

5.2.19. Indicar um representante institucional, podendo ser o dirigente máximo da Instituição, ou seu representante direto, para representá-la junto ao Comitê Gestor e um representante técnico para fazer parte do Comitê Técnico a fim de participar das decisões dos Comitês, se aplicável.

5.2.20. Fica vedado a realização de qualquer alteração ou modificação na infraestrutura da RNP sem prévia e expressa concordância do **Comitê Gestor**.

### 5.3. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - (IN SGD/ME 01/2019, art. 17, inciso II, alínea “a” – “h”)**

5.3.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 dias corridos após a assinatura do contrato a ser celebrado, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Projeto Básico, e que deverá responder pela fiel execução do objeto contratado;

5.3.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.3.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.3.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.3.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.3.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.3.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.3.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.3.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

5.3.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.3.12. De acordo com autorização da ANATEL, publicada em 28 de dezembro de 2005, ato número 55.017, a RNP tem a prerrogativa de explorar o Serviço Limitado Especializado, SLE, de interesse restrito, para projetar e operar os serviços de rede internet avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito interior e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

5.3.13. A RNP, reconhecida como a instituição responsável pela gestão do backbone da rede de dados de sua propriedade, terá as seguintes atribuições:

5.3.13.1. Responsabilizar-se perante a autoridade reguladora do setor de telecomunicações, pelo cumprimento das normas e regulamentos para a operação da rede de comunicação de dados da RNP;

5.3.13.2. Realizar a cessão do direito de uso da infraestrutura construída pela RNP, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

5.3.13.3. Realizar, em conjunto com o Comitê Gestor, a gestão técnica e administrativa, incluindo-se a avaliação das necessidades decorrentes da execução do Contrato a ser celebrado, para a contratação de terceiros, recursos materiais diversos, objetivando o compartilhamento de infraestrutura, a manutenção da malha de fibras ópticas da RNP e a operação da rede;

5.3.13.4. Colaborar com o **Censipam** nas suas necessidades relacionadas a execução do Contrato a ser celebrado, a fim de auxiliá-lo na efetiva execução dos seus compromissos estabelecidos no presente instrumento;

5.3.13.5. Supervisionar, em conjunto com o Comitê Técnico, a gestão, operação e a conservação da infraestrutura da RNP, conforme detalhado no Projeto Básico;

5.3.13.6. Contratar, no decorrer da execução do contrato a ser celebrado, os serviços de pessoal qualificado para a execução das atividades que lhes forem confiadas;

5.3.13.7. Apresentar anualmente um balancete ao **Censipam** e ao Comitê Gestor, contendo os valores recebidos e as despesas realizadas.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de Execução**

#### **6.1.1. Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III)**

6.1.1.1. Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato deverá se dar a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

- apresentação, em duas vias, da cópia do contrato assinada;
- apresentação, em duas vias, do plano de execução da instalação e configuração da conectividade do CCG e demais Centros Regionais do Censipam ao backbone da rede de dados da RNP;
- apresentação, em duas vias, do documento de apresentação do preposto da mesma;
- entrega, em duas vias, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V d IN SGD/ME 01/2019;
- fornecimento à Contratada de cópia da POSIC do MD.
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- o repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e
- a disponibilização de infraestrutura à contratada, se couber.

6.1.1.2. O plano de execução da instalação e configuração da conectividade do CCG e demais Centros Regionais do Censipam ao backbone da rede de dados da RNP, deverá ser avaliado pelo Gestor do Contrato em até 02 dias úteis e, em caso de discordância, deve ser devolvido a contratada junto com as alterações demandadas, para que a contratada realize as devidas alterações em até 3 dias úteis.

6.1.1.3. O modelo de apresentação do preposto se encontra no APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

6.1.1.4. O modelo de solicitação de cadastro do preposto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI se encontra no APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SEI.

6.1.1.5. O modelo dos termos de ciência e de compromisso se encontram no APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

### **6.1.2. Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver**

6.1.2.1. Não se aplica

### **6.1.3. Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.3.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.1.3.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

6.1.3.3. Caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

6.1.3.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.3.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Projeto Básico e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

6.1.3.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.3.7. A Equipe de Fiscalização do Contrato e o Gestor do Contrato deverão promover estudos para a comprovação da vantajosidade da continuidade do contrato anualmente promovendo assim a sua continuidade ou eventual rescisão e estudos para realização de nova contratação tomando por base os indicadores 02 - IDSL – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE LINKS e 03 - IPACP – INDICADOR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO E COORDENAÇÃO DO PROJETO

6.1.3.8. Da Prestação de Serviços de Apoio Administrativo, Serviço de Link Via Cabo, por meio de Rateio de Custos Envolvidos na Gestão\Operação\Manutenção do backbone da rede de dados da RNP.

- A avaliação anual dos serviços prestados deve ser realizada independentemente do monitoramento mensal contínuo da prestação dos serviços pela Contratada.
- A gestão administrativa e técnica, incluindo-se a avaliação das necessidades decorrentes da execução do **Contrato**, para a contratação de terceiros, recursos, materiais diversos, objetivando o compartilhamento da infraestrutura, a manutenção da malha de fibras ópticas e a operação dos serviços da RNP é de responsabilidade de uma estrutura de governança formada pelos Comitês Gestor e Técnico da rede, comitês que são compostos por representantes de todas as Instituições consorciadas na rede.
  - O Comitê Gestor é formado por um representante titular indicado pelo dirigente máximo de cada Instituição participante da RNP. Cabe ao Comitê Gestor estabelecer as regras de gestão administrativa para manutenção e operação da RNP. O Comitê Gestor escolhe seu presidente.
  - O Comitê Técnico é formado por pelo menos um representante indicado de cada instituição participante da RNP. O Presidente do Comitê Técnico é escolhido pelo Comitê Gestor e tem como atribuições supervisionar as atividades de operação e manutenção da rede.
- Todos os serviços executados deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste instrumento e, ainda, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica e legislações aplicáveis, estando sujeitos às normas emanadas pela Contratante.
- As especificações de execução do serviço se encontram no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- **Mensalmente**, a RNP deverá disponibilizar o relatório de prestação dos serviços de apoio e coordenação do projeto para avaliação da Equipe de Fiscalização do Contrato e aprovação do Gestor do Contrato.

### 6.1.3.9. Das Despesas da Contratação

- Para a execução das atividades de coparticipação conforme estabelecido no objeto do presente **Contrato** e a título de coparticipação nas despesas comuns, o Comitê Gestor fixou o valor de uma cota anual de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) para cada conexão ao seu backbone de dados.
- Para execução de trabalhos relacionados ao serviço de consultoria e suporte ao Censipam, o valor pactuado anual é de R\$ 82.880,91 (oitenta e dois mil oitocentos e oitenta reais e noventa e um centavos).
- Existe a incidência adicional de Taxas de Impostos: ISS (5%) + COFINS (7,6%) = 12,6% na emissão da Nota Fiscal cujo valor estimado anual é de R\$ 47.124,71 (quarenta e sete mil cento e vinte e quatro reais e setenta e um centavos).

### 6.1.4. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)**

#### 6.1.4.1. **Cronograma de execução**

Tabela 8 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
0	Assinatura do Contrato	----	0	N/D	CONTRATANTE / CONTRATADA
1	Reunião Inicial	0	10	Dias úteis	CONTRATANTE / CONTRATADA
2	Recebimento da cópia assinada do contrato	0	10	Dias úteis	CONTRATADA
3	Apresentação de documentação exigida à CONTRATADA e a CONTRATANTE	0	10	Dias úteis	CONTRATANTE / CONTRATADA
4	Ativação dos pontos de conexão entre o Censipam e o backbone de dados da RNP no CCG e demais Centros Regionais	0	45	Dias corridos	CONTRATADA
<b>Monitoramento dos serviços de conectividade mensalmente</b>					
5	Realizar avaliações do serviço prestado mensalmente e apuração de eventuais multas baseando-se na avaliações mensais realizadas no anoda execução mensal	--	5	Dias úteis	EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
<b>Manutenção do serviço de conectividade anual</b>					
6	Realizar avaliações do serviço prestado anualmente, emissão de lista de verificação e apuração de eventuais glosas baseando-se na avaliações mensais realizadas no ano	--	5	Dias úteis	EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
7	Solicitação da emissão da fatura anual pela Contratada e comunicação de eventuais glosas	6	2	Dias úteis	GESTOR DO CONTRATO
8	Entrega da fatura	7	10	Dias corridos	CONTRATADA
9	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	8	2	Dias úteis	Fiscal Administrativo
10	Liberação de fatura para pagamento	9	2	Dias úteis	GESTOR DO CONTRATO
<b>Ao final do Contrato</b>					
11	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	60	meses	Equipe de Fiscalização do Contrato,

**6.1.5. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)**

6.1.4.2. O serviço de conectividade ao backbone da rede de dados da RNP será realizado nos seguintes endereços:

Tabela 9 - Locais de prestação do serviços de garantia.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO

**6.1.5. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”)**

6.1.5.1. Conforme definido nas seguintes seções deste documento:

- "6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
- "7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"

6.1.5.2. Todas as ocorrências relativas a execução contratual devem ser registradas no processo.

6.1.5.3. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser atualizado sempre que for necessário, contendo todas as ocorrência relevantes no que concerne aos riscos levantados ou a novos riscos identificados.

6.1.5.4. Toda a documentação fornecida pela Contratada deve ser preferencialmente elaborada em português do Brasil.

**6.1.6. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato**

6.1.6.1. O Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para novo planejamento de contratação.

6.1.6.2. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

**6.1.6.3. Transferência de Conhecimento**

6.1.7. Toda e qualquer informação produzida no âmbito da execução do objeto do contrato pela empresa prestadora dos serviços será de propriedade da CONTRATANTE e fica a CONTRATADA obrigada a documentar e registrar os produtos, serviços e eventos observando as metodologias e ferramentas utilizadas no Censipam.

6.1.8. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA garantir o repasse bem sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CONTRATANTE ou empresa por ela designada.

**6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

Tabela 10 - Serviços que compõem a solução a ser adquirida.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
Único	1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	Unidade	4
	2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	Unidade	1

**6.3. Mecanismos formais de comunicação**

6.3.1. Conforme definido no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

**6.4. Forma de Pagamento em Função dos Resultados Obtidos**

6.4.1. O pagamento se dará anualmente sendo que o primeiro pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a data da ativação da conexão dos quatro links de conectividade ao backbone da rede de dados da RNP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e encaminhamento da fatura ao Censipam, observando o item 1.8 do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

6.4.2. Para os demais pagamentos anuais, o pagamento será efetuado mediante avaliação anual dos serviços prestados, emissão do Termo de Recebimento Definitivo e encaminhamento da fatura ao Censipam;

6.4.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

#### 6.5. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.5.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida a tais documentos.

6.5.2. A Contratada e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir aos seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na entrega dos bens e na prestação dos serviços, sem prejuízo das obrigações constantes deste Projeto Básico:

6.5.2.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Censipam ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

6.5.2.2. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério da Defesa.

6.5.2.3. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Censipam.

6.5.2.4. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

6.5.2.5. Assinar o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência, previstos no APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

6.5.2.6. O Censipam, em virtude do acesso que poderá ter às informações privilegiadas ou confidenciais da RNP, obriga-se a:

6.5.2.7. Não permitir o acesso às informações confidenciais a terceiros não credenciados pela RNP ou devidamente autorizados por ela;

6.5.2.8. Não utilizar qualquer informação obtida, exceto para os fins previstos no objeto do **Contrato**;

6.5.2.9. Manter o sigilo e a confidencialidade em relação às informações recebidas, inclusive zelando, com rigor, para que não haja circulação de cópias, e-mail, fax ou outras formas de comunicação privada ou pública das informações, além da estrita necessidade para o cumprimento do objeto do **Contrato**.

6.5.2.10. O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

#### 6.6. **Da Garantia de Execução Contratual**

6.6.1. Não será exigida em função de que a RNP é gerida pelo seu Comitê Gestor (CG-RNP), que garante o atingimento dos objetivos e define as diretrizes e operacionalidade do programa para o atendimento e integração de políticas públicas dos órgão e entidades participantes que são responsáveis pela garantia da prestação contínua dos serviços prestados pela RNP. O Censipam, assim que assinado o contrato junto a RNP, passará a ser membro do comitê de forma que, s.m.j., entende-se que não existe interesse dos órgãos e entidades participantes, inclusive o Censipam, na paralização da prestação dos serviços prestados.

6.6.2. Isto se mostra suficiente para afastar a necessidade de prestação de garantia de execução contratual. Mesmo assim, no item **7.4.2. Das Multas**, são previstas sanções para a inexecução total ou parcial do contrato assim como a indisponibilidade dos links de conectividade ao backbone da RNP.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1. Os serviços serão avaliados e fiscalizados mensalmente mediante a aplicação dos Índices de Medições de Resultado apensados na seção **7.4. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN SGD/ME 01/2019. art 19, Inciso I)**, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos.

7.1.2. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 11 - Metodologia de avaliação das etapas de execução

<b>Etapas</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Índice de referência</b>
Ativação dos serviços de Conectividade	Tempo de ativação	100% dos pontos de acesso à RNP ativados em menos de 45 dias corridos
Adesão ao sistema RNP (backbone)	Disponibilidade	99,8% de disponibilidade anual da conectividade
	Atendimento a chamados	100% dos chamados atendidos dentro dos prazos de início de atendimento a chamada, início de atendimento do problema presencial/remotamente, tempo para apresentação do prazo de resolução e conclusão do chamado
Prestação dos serviços de apoio e coordenação do projeto	Execução	100% de aceite no relatório de prestação de serviços da RNP pelo Gestor do Contrato

7.1.3. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Contratante, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.

7.1.4. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Fiscais e Gestor do Contrato.

7.1.5. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, notificará a RNP por meio de Ofício e concomitantemente lavrará relatório circunstanciado comunicando todas as irregularidades à Autoridade competente do Censipam, para adoção de medidas para aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico.

7.1.6. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas.

### 7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. Deverá observar as seguintes fontes:

- definições contidas na seção **7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**.
- especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- aplicação dos Índices de Medições de Resultado apensados na seção **7.4. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN SGD/ME 01/2019. art 19, Inciso I)**

7.2.2. Avaliações:

Tabela 12 - Procedimentos de Teste e Inspeção

<b>Avaliação (O que)</b>	<b>Verificação (Como)</b>
--------------------------	---------------------------



Avaliação (O que)	Verificação (Como)
Ativação	Ativação dos quatro pontos de conexão em menos de 45 dias corridos a contar da data de assinatura do contrato
Disponibilidade	Verificar o nível de disponibilidade do serviço no NOC da RNP e nos dispositivos de monitoramento do Censipam
Atendimento a chamados	Acompanhar e cobrar a elaboração dos relatórios de acompanhamento de chamados de atendimento técnico

7.2.3. Ao final da instalação e ativação dos quatro pontos de conexão, o fiscal técnico deverá apurar o **Indicador 01 - IPMI – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE INSTALAÇÃO DA CONECTIVIDADE** e verificar se o prazo de 45 dias foi excedido, caso positivo, deverá apurar a eventual glosa e/ou sanção a ser aplicada e comunicar ao Gestor do Contrato para que este execute a comunicação para a Contratada do valor a ser emitido na fatura assim como as razões da sanção e/ou glosa a ser aplicada.

7.2.4. Mensalmente, o fiscal técnico, com apoio dos fiscais, deve realizar a consolidação do **Indicador 02 - IDSL – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE LINKS** e do **Indicador 03 - IPACP – INDICADOR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO E COORDENAÇÃO DO PROJETO** para a realização da apuração anual. No caso de ocorrências quanto a execução dos serviços contratados, o Gestor do Contrato deve ser notificado para a comunicação junto a contratada assim como a eventual tomada de medidas cabíveis dentro do estipulado no contrato e neste documento.

7.2.5. A cada final do período anual contratual, deve ser realizada a consolidação das apurações mensais para a identificação da necessidade de eventuais aplicação de eventuais multas e/ou sanções a serem solicitadas pelo Gestor do Contrato ao Ordenador de Despesas.

### 7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

Tabela 13 - Indicador 01 - IPMI – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ATIVAÇÃO DA CONECTIVIDADE	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o prazo de ativação do link de conectividade entre o CCG e Centros Regionais do Censipam ao backbone da rede de dados da RNP
Meta a cumprir	IPMI $\leq$ 45 dias corridos
Instrumento de medição	Documentação relativa ao serviço prestado, Termo de Recebimento Definitivo do Serviço, Relatório de ocorrências dos fiscais técnico e requisitante
Periodicidade	No início do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IPMI = DD - DAC onde: PMI - Resultado em nº de dias DD - Data de disponibilização da solução DAC - Data de emissão assinatura do Contrato
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Não serão computados os dias de atraso quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $45 < \text{IPMI} \leq 60$ ; aplicar-se-á glosa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor contratado para o item 1. Para: $60 < \text{IPMI} \leq 90$ ; aplicar-se-á glosa de mora de 3% (três por cento) sobre o valor contratado para o item 1. Para: $90 < \text{IPMI} \leq 120$ ; aplicar-se-á glosa de mora de 3% (três por cento) sobre o valor contratado para o item 1. Para: $\text{IPMI} > 120$ ; aplicar-se-á glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado para o item 1 e caracterização de inexecução parcial do contrato. Os valores serão cobrados pelos meios permitidos em lei.

<b>Tabela 14 - Indicador 02 - IDSL – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE LINKS</b>	
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de disponibilidade do link de conectividade do CCG e demais Centros Regionais do Censipam ao backbone de dados da RNP
Meta a cumprir	IDSL >= 99,8%
Instrumento de medição	Disponibilidade via web de aplicação para monitoramento do serviço diária, mensal e anual Relatórios de acompanhamento operacional da Contratada e do ambiente de monitoramento de redes do Censipam Gráficos de disponibilidade da Contratada e do ambiente de monitoramento de redes do Censipam Relatório de ocorrências dos fiscais técnico e requisitante
Periodicidade	Anual
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$II = (HIP - HIT) / (HTP - HMP) \times 100$ <p>onde:  II – Índice de Indisponibilidade  HIP – Horas Indisponíveis no ano;  HIT – Horas Indisponíveis causadas por Terceiros;  HTP – Horas Totais no Período = Dias ano x 24;  HMP – Horas de Manutenção Preventivas (*);</p> <p>* HMP – Horas de Manutenção Preventivas – São períodos de manutenção programada autorizadas pelo CONTRATANTE.</p> $IDSL = 100 - II$ <p>onde:  IDE = Índice de Disponibilidade dos links;  II – Índice de Indisponibilidade</p>
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq IDSL < 99,8\%$ ; aplicar-se-á multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor da parcela anual do contrato do item 1. Para: $60\% \leq IDSL < 80\%$ ; aplicar-se-á multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato do item 1. Para: $50\% \leq IDSL < 60\%$ ; aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato do item 1. Para: $IDSL < 50\%$ ; aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato do item 1, e caracterização de inexecução parcial do contrato. Os valores serão cobrados pelos meios permitidos em lei.

<b>Tabela 15 - Indicador 03 - IPACP – INDICADOR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO E COORDENAÇÃO DO PROJETO</b>	
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de qualidade de execução do serviço de apoio e coordenação do projeto
Meta a cumprir	<b>IPACP &gt;= 90</b>
Instrumento de medição	Relatório anual de execução do serviço apoio e coordenação do projeto Termo circunstanciado de análise da Equipe de Fiscalização do Contrato e do Gestor do Contrato
Periodicidade	Anual
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPACP = 100 - NO$ <p>onde:  NO = Número de Ocorrências identificadas;</p>
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80 \leq IPACP < 90$ ; aplicar-se-á multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2.

**Tabela 15 - Indicador 03 - IPACP – INDICADOR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO E COORDENAÇÃO DO PROJETO**

Para:  $60 \leq \text{IPACP} < 80$ ; aplicar-se-á multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2.  
 Para:  $50 \leq \text{IPACP} < 60$ ; aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2.  
 Para:  $\text{IPACP} < 50$ ; aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2 e caracterização de inexecução parcial do contrato.  
 Os valores serão cobrados pelos meios permitidos em lei.

**7.3.1. Níveis de Severidade**

7.3.1.1. De acordo com o definido no **APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

**7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

**7.4.1. Das Glosas**

7.4.1.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme previsto na **Tabela 15 - Indicador 01 - IPMI – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ATIVAÇÃO DA CONECTIVIDADE**.

**7.4.2. Das Multas**

7.4.2.1. 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por inexecução parcial da obrigação assumida, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o Censipam promover a rescisão do Contrato;

7.4.2.2. 10% (dez por cento) de multa compensatória de sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.4.2.3. 0,2% a 3,2% por dia limitado ao valor da parcela anual do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 18 e 19, abaixo e, superado o valor de referencia, caracterização de inexecução parcial do contrato;

7.4.2.4. 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da parcela anual do contrato por hora de atraso nos prazos de atendimento da seção **7.4.1 - Níveis de Severidade** até o limite de 0,1% (um décimo por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2. Após o limite citado configura-se a inexecução parcial da obrigação assumida;

7.4.2.5. Percentuais de multas definidos na Tabela 16 - Indicador 02 - IDSL – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE LINKS e na Tabela 17 - Indicador 03 - IPACP – INDICADOR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO E COORDENAÇÃO DO PROJETO.

7.4.2.6. Multas decorrentes de infrações graduadas conforme relacionado abaixo:

Tabela 16 - Graus de infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato

Tabela 17 - Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
3	Emitir relatórios de tráfego e desempenho dos serviços;	03

4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

OBS: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

## 7.5. Do Pagamento

7.5.1. Conforme definido no item 6.4 deste Projeto Básico.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

Tabela 18 - Estimativa Anual de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ANO	QTDE	VALOR TOTAL ANO
1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	serviço	61.000,00	4	244.000,00
2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	serviço	82.880,91	1	82.880,91
Taxas de Impostos: ISS (5%) + COFINS (7,6%) = 12,6%					47.124,71
<b>Valor Total Geral/Ano</b>					<b>374.005,62</b>

8.1. O valor total estimado anual para a contratação é de R\$ 374.005,62 (trezentos e setenta e quatro mil cinco reais e sessenta e dois centavos).

8.2. Assim, o valor total estimado do contrato a ser celebrado é de R\$ 1.870.028,10 (um milhão, oitocentos e setenta mil vinte e oito reais e dez centavos), conforme demonstrado abaixo.

Tabela 19 - Valor Total Estimado do Contrato

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	serviço	4	R\$ 244.000,00	R\$ 244.000,00	R\$ 244.000,00	R\$ 244.000,00	R\$ 244.000,00
2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	serviço	1	R\$ 82.880,91	R\$ 82.880,91	R\$ 82.880,91	R\$ 82.880,91	R\$ 82.880,91
Taxas de Impostos: ISS (5%) + COFINS (7,6%) = 12,6%				R\$ 47.124,71	R\$ 47.124,71	R\$ 47.124,71	R\$ 47.124,71	R\$ 47.124,71
<b>Valor Total /Ano</b>				<b>R\$ 374.005,62</b>	<b>R\$ 374.005,62</b>	<b>R\$ 374.005,62</b>	<b>R\$ 374.005,62</b>	<b>R\$ 374.005,62</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO</b>								<b>R\$ 1.870.028,10</b>

8.3. Os valores apresentados podem sofrer variações em função de eventuais alterações na cota de coparticipação da RNP para o item 1 e a aplicação dos itens do ICTI para o item 2.

8.4. O valor da aplicação da taxa de impostos de 12,6% foi obtido com o calculo "por dentro", conforme documento SEI ID 4826684.

8.5. A IN SGD/ME 73/2020 no § 4º Art. 7º, fornece os subsídios que possibilitam a pesquisa de preços para a modalidade de Dispensa de Licitação alinhada ao Art 24 da Lei 8.666/1993. Desse modo, a análise dos preços propostos pela RNP foi apensada no documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços CGTI 5128794 .

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

### 9.1. Adequação Orçamentária

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da

Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- Fonte: 100;
- Plano Orçamentário (PO): 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;
- Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168629
- PTA/2022: 112/22
- Natureza da Despesa:

**Tabela 20 - Naturezas de Despesa**

Item	Descrição	Natureza da Despesa
1	Adesão ao sistema RNP (backbone)	33.90.40.13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral
2	Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	33.90.40.10 - Suporte a Usuários de TIC

## 9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro - (IN SGD/ME 01/2019, art. 21, inciso II)

**Tabela 21 - Cronograma de Execução**

Etapa	Prazo	% projeto	% de desembolso 2022	% de desembolso 2023	% de desembolso 2024	% de desembolso 2025	% de desembolso 2026
Adesão ao sistema RNP (backbone)	Início imediato após a assinatura do contrato	74,64%	14,93%	14,93%	14,93%	14,93%	14,93%
Consultoria e Suporte ao CENSIPAM	Início imediato após a assinatura do contrato	25,36%	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%	5,07%

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura onde a contagem dos meses e anos deve se dar de data a data, de modo que se iniciem no mesmo dia em que foi assinado o contrato até o dia de igual número, e, caso não haja correspondência, no dia imediatamente posterior, sendo improrrogável nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A praxe na administração pública, por orientação do TCU, tem sido firmar contratos por 12 meses, possibilitando sua prorrogação por até 60 meses, conforme autorizado pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

10.3. Existem vários entendimentos do TCU neste sentido:

*"Ainda que o contrato seja assinado com prazo de 60 meses, a administração pode avaliar se ele deve ser mantido, a cada 12 meses, sob os pontos de vista econômico e de qualidade dos serviços de forma que, verificadas as peculiaridades de cada serviço, os contratos de natureza continuada podem ser firmados, desde o início, com prazos superiores a 12 meses. Contudo, a cada doze meses devem ser avaliadas a necessidade e a qualidade dos serviços e se os valores estão compatíveis com os praticados pelo mercado.*

*O art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 não impede que contratos referentes a serviços de natureza continuada tenham seu prazo de vigência dimensionado em prazos superiores a 12 meses. A leitura de alguns julgados do Tribunal de Contas da União que trataram dessa questão indica que a principal preocupação é evitar que a celebração de contratos por prazos muito longos (60 meses seria o caso extremo) possa colocar a administração em situação de fragilidade caso se verifiquem problemas durante a execução do contrato, notadamente em termos de qualidade na prestação dos*

*serviços. A prorrogação a cada 12 meses seria um momento em que a administração avaliaria a vantajosidade em se manter aquele contrato (Decisão 148/96-Plenário, Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 490/2012-Plenário 525/2012-Plenário)."*

*"O que se verifica é a necessidade de equilíbrio entre dois aspectos: de um lado possibilitar à administração obter melhores preços ao firmar contratos com prazos de vigência superiores (e ainda reduzir custos administrativos para fazer eventuais prorrogações de 12 em 12 meses) e de outro possibilitar à administração avaliar periodicamente a qualidade e as condições econômicas daquela contratação e eventualmente não mais continuar a prestação dos serviços naquelas condições.*

*Com relação ao segundo aspecto, por mais que o grupo afirme que a vigência inicial de 60 meses não impede uma avaliação periódica do contrato por parte da administração, não se pode negar que é muito mais simples para a administração não prorrogar um contrato (até porque a prorrogação não se constitui direito do contratado) do que rescindir um contrato durante seu prazo de execução, medida que pode ser custosa e inclusive gerar ações judiciais.*

*91. Considerando que a legislação não determina expressamente que esse tipo de contrato deve ter prazo inicial de vigência de 12 meses, levando em conta os aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço. (Acórdão nº 1214/2013 – Plenário, Relator Min. Aroldo Cedraz, Processo nº 006.156/2011-8)"*

10.4. A adoção do prazo de 12 meses não retrata uma imposição legal, mas, longe disso, apenas reflete uma praxe administrativa. Logo, é possível que os contratos dessa natureza tenham sua duração inicial superior a 12 meses, desde que essa condição confira à Administração maior vantajosidade. Essa conclusão encontra amparo na Orientação Normativa nº 38, de 13 de dezembro de 2011, da Advocacia Geral da União:

"Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses;

**b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e**

c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente." (Grifo Nosso)

10.5. O período de vigência de 60 meses se justifica em função da peculiaridade do contrato dada a existência de apenas um único fornecedor para os serviços pretendido pelo Censipam, no caso a própria RNP, assim como a participação do Ministério da Defesa, da qual o Censipam faz parte, no Conselho Gestor da RNP.

10.6. Acrescente-se ainda que o contrato, conforme estipulado neste documento, deverá ter sua vantajosidade comprovada a cada 12 meses prevista no item "6.1.3 **Forma de execução e acompanhamento dos serviços**" e ainda prevê a possibilidade de rescisão prevista no item "14 **DA RESCISÃO**".

## 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL)

11.1. O valor estabelecido para o item 1, será revisto anualmente e corrigido, quando necessário, mediante Apostilamento, de acordo com deliberação do Comitê Gestor da RNP, do qual o **Censipam** faz parte, em função da variação dos custos incorridos para atender o ano seguinte ao vencido.

11.2. Para o item 2, será admitido o reajuste de preços dos serviços contratados, nos termos do art. 24, da Instrução Normativa MPDG nº 01/2019, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, pela variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) — divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

11.3. O interregno mínimo de 1 ano será contado:

- Para primeiro reajuste: a partir da data limite para a apresentação da proposta comercial; e
- Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

11.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando o seguinte:

- A partir da data em que se completou o cômputo mínimo de 1 ano; e
- Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos reajustes futuros;

## 12. **DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais desde que não desvirtuem o objeto contratado, reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n.<sup>9</sup> 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

## 13. **DA POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO E AMPLIAÇÃO**

13.1. Em caso de necessidade, o Censipam poderá, durante a vigência do Contrato, solicitar ao Comitê Gestor, formalmente, a extensão, ampliação ou melhora da sua interconexão ou da infra estrutura compartilhada no backbone da rede de dados da RNP.

13.2. Fica estabelecido que o custeio para a construção da extensão acima mencionada, caso a mesma seja viável, ocorrerá às expensas da Contratante ou será compartilhado com os demais membros, em caso de ampliação da infraestrutura compartilhada.

13.3. Para o caso de ampliação da infraestrutura compartilhada o custeio se dará por meio de recursos disponíveis ou não utilizados, específico para este objetivo, aprovado em reunião do Comitê Gestor e Técnico e formalizado entre as instituições por meio de Termo de Ajuste entre os respectivos instrumentos jurídicos de cooperação dos participantes.

13.4. A extensão, assim como, as especificações para a sua construção adicionais serão efetivadas através de Termo de Ajuste com respectivos TERMOS DE REFERÊNCIA.

## 14. **DA RESCISÃO**

14.1. O Contrato poderá ser denunciado a qualquer momento, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, e por qualquer uma das Partes, mediante comunicação expressa e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, nas seguintes condições:

14.1.1. Imotivadamente, por qualquer uma das Partes, respeitados os compromissos assumidos na vigência do Contrato.

14.1.2. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo na execução do Contrato.

14.2. Além de outras situações ora estabelecidas, o Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer outro procedimento judicial ou extrajudicial, se sujeitando a Parte Infratora às sanções previstas no Contrato, nas seguintes hipóteses:

14.2.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, ensejando as consequências previstas em Leis ou regulamentos.

14.2.2. Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

14.2.3. Pelo desatendimento das determinações regulares estabelecidas em conjunto com as demais instituições participantes da RNP e aprovadas pelo Comitê Gestor.

14.2.4. Pelo cometimento reiterado de faltas durante a vigência do Contrato.

14.2.5. Pela alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura de qualquer das Partes que prejudique a execução do Contrato.

14.3. Havendo pendências, as Partes definirão as responsabilidades pela conclusão ou encerramento de cada um dos trabalhos, mediante Termo de Encerramento do Contrato, respeitadas as atividades em curso.

14.4. Havendo encerramento do Contrato, por qualquer motivo, a rede será desconectada, e a Instituição, caso ainda não tenha integralizado o pagamento da cota anual, pagará a cota subsequente, até a data do término, *Pro rata tempore*.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 23)

15.1. A RNP é a detentora da exclusividade da conectividade ao backbone da rede de dados da RNP não terceirizando este serviço o que a torna a única a prestar os serviços pretendidos pelo Censipam.

### 15.2. Da dispensa de Licitação

15.2.1. O dever de licitar é imposto a toda a Administração Pública pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. Tal dever, entretanto, não é absoluto, visto que a própria Carta Magna delegou à lei ordinária a possibilidade de prever exceções. Referidas exceções são os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, previstos, respectivamente, nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.2. Os valores praticados pela RNP na pesquisa de preços efetuada são equivalentes aos propostos ao Censipam e sua atividade fim coaduna com o disposto no Art 24 inciso XXIV da Lei nº 8.666 para a dispensa de licitação.

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

**XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.** (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)” (grifo nosso)

15.2.3. A Emenda Constitucional n. 19/98, de 4 de junho de 1998, chamada de emenda da Reforma do Estado ou Reforma Administrativa, provocou importantes mudanças Administração Pública. Esta emenda modificou profundamente o artigo 37 da Constituição Federal ao lhe inserir novos incisos e alterar seu caput com a inclusão do princípio da eficiência.

15.2.4. Dentre as diversas alterações, merece ser ressaltada uma das inovações para o terceiro setor da Administração Pública - a criação da figura da “organização social” - além da modificação da redação do *caput* do artigo 37 para expressar o princípio da eficiência, tornando-o norma plenamente exigível e concretizável.

15.2.5. Assim, com as alterações provocadas pela emenda pretende-se continuar a enxugar a estrutura administrativa estatal, por meio da transferência à iniciativa privada, quando possível, das atividades exploradas e exercidas pelo setor público, reduzindo custos e ganhando agilidade na execução dessas atividades. É nesse contexto político-econômico pelo qual passou o país no início dos anos noventa que devem ser compreendidos o princípio da eficiência e o § 8º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

15.2.6. As Organizações Sociais inserem-se num contexto da Reforma do Estado brasileiro, iniciada na década de 90.

15.2.7. Nesse contexto, assume especial importância o Programa Nacional de Publicização (criado pela Lei nº 9.637/1998), implementado pelo Projeto das Organizações Sociais cujo objetivo é permitir a **descentralização das atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos**, nos quais o Estado não atua, a partir do pressuposto que **esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal**.

15.2.8. A Lei nº 9.637/98 autoriza o Poder Executivo a qualificar pessoas jurídicas de direito privado, **sem fins lucrativos**, como **Organizações Sociais**, com o objetivo de formação de **parceria para fomento e execução** de atividades nas áreas de **ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico**, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

15.2.9. As Organizações Sociais não constituem um novo ente administrativo, mas qualificação que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que a mesma possa receber determinados benefícios do Poder Público, para a realização de atividades de interesse coletivo de forma mais eficiente.

15.2.10. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa é uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, pelo Governo Federal, através do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002, tendo concorrido, para tanto, entre outras exigências, a aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como OS, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.



15.2.11. Dispõe a Lei 9.637/98, em seu artigo 1º:

*“O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. ”*

15.2.12. As OS tornam **mais fácil e direto o controle social**, por meio da participação nos Conselhos de Administração dos diversos segmentos representativos da sociedade civil, não obstante, goze de uma autonomia administrativa muito maior. Em contrapartida, está obrigada a celebrar um Contrato de Gestão, por meio do qual são acordadas metas de desempenho que asseguram a qualidade e a efetividade dos serviços prestados ao público.

15.2.13. Esta aproximação é o meio necessário para atingir os objetivos da parceria consequente da dispensa de licitação: agilidade, rapidez, produtividade e economia na execução, pela Organização Social (OS).

15.2.14. Assim, dispensa-se a licitação na contratação de Organizações Sociais (OSs), porque estas entidades, pessoas jurídicas de direito privado que são, poderão executar as tarefas, que antes competiam à Administração Pública, com maior rapidez, qualidade, produtividade e economia, já que estão acostumadas com a dinâmica do setor privado, que exige esses resultados.

15.2.15. Por fim, ainda no que se refere à justificativa desta modalidade de dispensa, o principal objetivo da parceria é se valer da autonomia que as OSs, dispõem como pessoas jurídicas de direito privado para a execução das atividades contratadas, autonomia que um ente público, preso às amarras do direito público, não possui para executar as mesmas tarefas.

15.2.16. Em síntese, justifica-se a dispensa de licitação para a contratação direta porque um dos contratantes atendeu aos requisitos legais previstos em lei para receber recursos públicos; e o outro contratante, o Estado, está obrigado, em razão do princípio da eficiência e dispositivos corolários, a atuar com maior produtividade, economia, qualidade, perfeição, rendimento funcional e, principalmente, com agilidade, característica esta que não seria possível quando presente o procedimento licitatório, com todas suas etapas e amarras, para se contratar alguém para a execução daquelas atividades previstas no Contrato de Gestão.

15.2.17. Dessa forma, a aquisição do objeto pretendido será realizada na modalidade dispensa de licitação junto a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), para os dois itens do objeto pretendido.

15.3. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

15.3.1. Não se aplica em função de haver apenas um único fornecedor para os serviços pretendidos

15.4. **Crêterios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

15.4.1. Não se aplica em função de haver apenas um único fornecedor para os serviços pretendidos.

15.5. **Permissão de Consórcio ou Subcontratação**

15.5.1. Não será permitida a formação de consórcio e a subcontratação dos serviços pretendidos posto que existe apenas um fornecedor exclusivo para atendimento do objeto pretendido.

16. **DA VISTORIA**

16.1. Não se aplica por se tratar de dispensa de licitação conforme disposto na Lei nº 8.666 Art 24 inciso XXIV.

17. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

17.1. Não se aplica.

18. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

18.1. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

9.1.1. providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

9.1.2. designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento

concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

9.1.3. realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário)."

18.2. O Censipam, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado.

18.3. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por um Gestor, fiscais e seus substitutos, designada em portaria específica a ser publicada antes da assinatura do contrato.

18.4. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 5024 (4409942), de 07 de dezembro de 2021.

18.5. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, este Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

**DESPACHO 1:**

- 1) Este Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo da AGU.
- 2) Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.
- 3) Encaminhe-se à COLIC para providências cabíveis.

**FRANCISCO ENEDELSON  
PASSOS DA MACENO**  
Integrante Requisitante

**NINA MÉRCIA LIMA  
SANTOS**  
Integrante  
Administrativo

**FERNANDO GOMES  
FERNANDES**  
Integrante Técnico

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 5024, de 07 de dezembro de 2021  
(4409942)

**DESPACHO 2:**

- 1) Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.
- 2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93, e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.
- 3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

**EDUARDO SHIGERU MITANI**  
Ordenador de Despesas

**DESPACHO 3:**

- 1) Aprovo, de acordo com o § 6º, Art. 12, da IN 01/2019-SGD, de 4 de abril de 2019, bem como a Delegação de Competência prevista na Portaria nº 2157/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 16 de junho de 2020 (2381720).

**Diretor Técnico - Substituto**

- com qualidade às redes de P&E, bem como a troca de tráfego com a internet comercial mundial;
4. Os Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) com a internet comercial brasileira, em especial aqueles pertencentes ao Programa IX.br do NIC.br, bem como a internalização de serviços de cache de conteúdo dentro da própria rede Ipê, como exemplo, conteúdo da Akamai, Google e Facebook

### **Características de Monitoramento:**

O Núcleo de Operações de Redes da RNP (NOC-DF) localiza-se no Distrito Federal em conjunto com a Gerência de Operações (GO) são os responsáveis pela monitoração e operação de primeiro nível dos circuitos da rede Ipê. Sob a supervisão da Gerência de TI da RNP, os seus técnicos acompanham, em regime 24x7, o estado dos enlaces e o correto funcionamento de importantes serviços disponibilizados aos clientes da RNP.

No escopo de atuação do NOC e GO, incluem-se:

- Monitoramento da rede Ipê;
- Monitoramento da Redecomep;
- Monitoramento da Infraestrutura de TI;
- Monitoramento dos serviços corporativos da RNP;
- Monitoramento dos Serviços Avançados para clientes;
- Monitoramento dos links internacionais;
- Monitoramento dos circuitos nacionais Out of Band;
- Monitoramento da conectividade dos clientes.

### **1) Prestação de Serviços de Apoio Administrativo, Serviço de Link Via Cabo, por meio de Rateio de Custos Envolvidos na Gestão\Operação\Manutenção do backbone da rede de dados da RNP.**

Responsabilidade da Contratada monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade da mesma.

A Contratada deverá considerar uma disponibilidade de 99,8% (noventa e nove vírgula oito por cento) semestral como referência para a qualidade do acesso.

A Contratada deverá possibilitar, a qualquer momento, acesso pelo Censipam ao monitoramento em tempo real da qualidade do seu enlace por meio da ferramenta própria sem custo adicional ao Censipam.

A Contratada não poderá efetuar qualquer filtro de pacotes que afete o tráfego originado ou destinado ao Censipam, exceto se expressamente autorizado pela fiscalização do contrato.

#### **1.1 Do Suporte Técnico**

A CONTRATADA responderá por todos os vícios e defeitos dos serviços durante o período de vigência do acordo.

O suporte técnico deverá ser prestado no CCG e Centros Regionais do Censipam onde os links foram instalados ou em local específico que der causa a qualquer falha na prestação do serviço.

O suporte técnico deverá estar disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana.

O suporte técnico ocorrerá sem nenhum ônus para o Censipam, mesmo quando for necessária a atualização, o traslado e a estada de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário para garantir o cumprimento dos serviços.

A CONTRATADA deverá fornecer atendimento técnico relativo aos serviços contratados nas formas presencial e remota, devendo operar ininterruptamente.

O atendimento técnico na forma presencial será requerido sempre que ocorrerem falhas ou problemas de funcionamento dos Serviços de responsabilidade da CONTRATADA que não puderem ser solucionados remotamente.

Para atendimento técnico na forma remota, a CONTRATADA deverá disponibilizar números de telefone (para ligações gratuitas), endereços de correio eletrônico (exclusivo para o Censipam), ou área em sítio da Web, voltados para a "Abertura de Chamados Técnicos".

O atendimento obedecerá aos prazos abaixo:

- Severidade ALTA: Esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade no uso dos serviços. Prazo de Solução Definitiva: 8 (oito) horas;
- Severidade MEDIA: Esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso dos serviços, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas. Prazo de Solução Definitiva: 12 (doze) horas;
- Severidade BAIXA: Esse nível é aplicado quando: da ocorrência de problemas sem uma queda significativa do desempenho e disponibilidade dos serviços, bem como para atualizações de software do roteador, esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento dos serviços. Não haverá abertura de chamados de suporte técnico com esta severidade em sábados, domingos e feriados. Prazo de Solução Definitiva: 3 (três) dias úteis.

Será considerado para efeitos do nível de serviço exigido, prazo de solução definitiva, como o tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico efetuada pela equipe técnica do Censipam à CONTRATADA e a efetiva recolocação dos serviços em seu pleno estado de funcionamento.

A contagem do prazo de solução definitiva de cada chamado será a partir da abertura do chamado na Central de Atendimento disponibilizada pela CONTRATADA, até o momento da comunicação da solução definitiva do problema e aceite pela equipe técnica do Censipam.

Após concluído o chamado, a CONTRATADA comunicará o fato à equipe técnica do Censipam e solicitará autorização para o fechamento do mesmo. Caso o Censipam não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela CONTRATADA.

Neste caso, o Censipam fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto.

Os chamados deverão estar disponíveis por meio de relatórios encaminhados mensalmente atendendo aos seguintes tópicos:

- Chamados Abertos no Período: Relatório com todas as Ocorrências abertas no mês e o status;
- Chamados em Andamento: Relatório onde constam as ocorrências que estão sendo tratadas e qual o status;
- Chamados Fechados no Período: Relatório com todos os chamados que foram fechados no mês.

No caso de defeito em equipamento e/ou componente da solução, faculta-se à CONTRATADA substituir temporariamente tais itens por outros de mesmas características técnicas, quando então, a partir de seu pleno estado de funcionamento, ficará suspensa a contagem do prazo de solução definitiva.

O prazo máximo para a substituição temporária descrita no subitem anterior será de 30 (trinta) dias, sendo que neste prazo o equipamento e/ou componente deverá ser devolvido ao Censipam em perfeito estado de funcionamento.

No caso de inviabilidade da solução definitiva do problema apresentado no equipamento e/ou componente, faculta-se à CONTRATADA promover a substituição em caráter definitivo.

A substituição definitiva será admitida com anuência do Censipam, após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso e compatibilidade do equipamento e/ou componente ofertado, em relação àquele que está sendo substituído.

## 1.2 Do Monitoramento do Serviço

A Contratada deverá possuir monitoramento (Network Operation Center – NOC), em Centro de Operações de Rede, que monitore ininterruptamente o estado da rede, e alerte o Censipam, sempre que necessário, quando ela for afetada por qualquer evento.

O NOC da rede da Contratada deve cuidar de todos os aspectos relacionados com a operação de monitoramento e segurança da rede e com sua configuração física e lógica.

O NOC deve monitorar permanentemente a rede e acionar a manutenção corretiva, sempre que necessário, além de verificar a manutenção preventiva e fiscalizar a qualidade dos serviços realizados.

Nenhuma atividade relacionada ao monitoramento da rede ou de sua segurança poderá ser transferida para a responsabilidade Do Censipam.

Para fins de informação, o Censipam utiliza como ferramenta de gestão de serviços de TIC (ITSM) o GLPI e como ferramenta de monitoria da sua rede o Zabbix.

### **1.3 Do Acompanhamento da Execução do Serviço**

A Contratada deverá disponibilizar um portal de acompanhamento do serviço, com informações sobre o serviço de conexão IP dedicado prestado ao Censipam.

Entende-se como portal de acompanhamento do serviço qualquer ferramenta de monitoramento acessível pela Internet por intermédio de um navegador Web. No caso da disponibilização de informações sensíveis o acesso deve ser restrito com uso de usuário e senha e utilizando o protocolo HTTPS.

O portal deverá possibilitar consultas e visualização das informações de desempenho do serviço de conexão IP dedicado prestado ao Censipam.

As estatísticas de desempenho deverão ser atualizadas em tempo real, sendo que a Contratada deverá mantê-las disponíveis no portal por, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Serão emitidos relatórios semestrais de acompanhamento indicando, no mínimo:

- a disponibilidade de conexão as ocorrências de indisponibilidade,
- data de chamados abertos,
- equipamento e problemas observados data de chamados encerrados e
- solução aplicada.

Eventuais ocorrências observadas na execução do contrato, serão registradas pelos fiscais técnico e requisitante com vista a medição do desempenho e acompanhamento contendo no mínimo:

- relação de chamados abertos no período contendo a data, ocorrência observada e equipamento afetado
- relação de chamados atendidos no período contendo a data, solução aplicada e equipamento afetado
- quantidade e descrição de ocorrências e duração de falhas na prestação do serviço atribuídas a Contratada
- quantidade e descrição de ocorrências e duração de falhas na prestação do serviço atribuídas a fatores supervenientes
- data de manutenções/substituições de equipamentos e problemas observados

### **1.4 Da Manutenção**

A manutenção da rede da Contratada deve ser de sua inteira responsabilidade, sem ônus ao Censipam.

A Contratada realizará a troca dos equipamentos por ela fornecidos, em caso de defeito ou falha por outros de especificações iguais ou superiores.

A Contratada deverá prover backup diário dos ativos de redes realizado/verificado de forma automatizada, no mínimo, 4 vezes ao dia, para fins de agilizar a sua troca, em caso de necessidade.

As manutenções programadas e preventivas não poderão acarretar indisponibilidade dos serviços, salvo exceções tratadas e justificadas previamente, mediante aceitação da equipe de fiscalização do contrato.

Manutenções programadas, que afetem a disponibilidade de serviços do Censipam, deverão ser comunicadas com antecedência de 7 (sete) dias. Manutenções realizadas sem prévio aviso, que afetem a disponibilidade de

serviços, serão contabilizadas como indisponibilidade.

As manutenções emergenciais deverão ser comunicadas ao Censipam, com as justificativas para tanto, a fim de possibilitar a avaliação das condições de cumprimento do nível de serviço e condições contratuais.

A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços

### 1.5 Dos Prazos de Execução

A implantação da infraestrutura física necessária para a conexão do Censipam ao backbone da Rede, caso necessária, será realizada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.

Ativação do serviço de conectividade, caso necessário, será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da data do término da implantação da infraestrutura de conexão ou da solicitação de aumento de velocidade;

Disponibilização formal, pela contratada, dos canais para suporte (no mínimo e-mail, sistema de chamados e telefone): em até 2 (dois) dias, contados da data da ativação do serviço de conectividade; e

Cumprimento dos prazos relativos aos níveis mínimos de serviços deste documento.

Os prazos acima explicitados poderão ser prorrogados, desde que a equipe de fiscalização do contrato aceite expressamente e formalmente.

### 1.6 Da Prestação dos Serviços em Garantia

A assistência técnica será realizada sempre que solicitada pela Contratante, por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada.

A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados: e-mail, telefone (0800 ou de custo do local de abertura do chamado) ou site as suas expensas para solicitação de suporte técnico.

Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento serão fornecidas, no mínimo, as seguintes informações:

- Problema observado;
- Nome, telefone, e-mail do profissional do Censipam responsável pela solicitação; e
- Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.

Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

A Contratada informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.

A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela Contratante.

O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela abaixo, tendo início da contagem a partir da hora de abertura do chamado.

Tabela 15 - Tempo do início de atendimento do chamado técnico

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS PARA INÍCIO DO ATENDIMENTO ONLINE	PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO
------------	---------------	---	--

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS PARA INÍCIO DO ATENDIMENTO ONLINE	PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO
1 – Alta	Esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade no uso dos serviços	Em até 01 hora	Em até 8 horas
2 – Média	Esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso dos serviços, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas.	Em até 01 hora	Em até 12 horas
3 – Baixa	Esse nível é aplicado quando: da ocorrência de problemas sem uma queda significativa do desempenho e disponibilidade dos serviços, bem como para atualizações de software do roteador, esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento dos serviços. Não haverá abertura de chamados de suporte técnico com esta severidade em sábados, domingos e feriados	Em até 01 hora	Em até 3 dias úteis

Após o início do atendimento, a Contratada deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para Diagnóstico do Chamado, conforme a severidade enquadrada.

Para os casos de atendimento de chamado técnico de forma presencial, ou qualquer outro tipo de serviço associado à contratação nas dependências do CCG ou dos Centros Regionais do Censipam, a Contratada deverá informar o nome completo e número do documento de identidade da pessoa designada por ela ao local do Censipam para atendimento.

A Contratada, após a realização dos serviços, deverá apresentar um Relatório de Serviços, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do Censipam.

Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da Contratante, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento dos equipamentos e serviços.

Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a Contratante notificará a Contratada de tal fato para que tome as devidas providências.

O não atendimento dos prazos máximos definidos na Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados por parte da Contratada ensejará aplicação de sanções e multas.

Na eventualidade de necessidade de manutenção de algum equipamento que seja fornecido pela RNP, o mesmo deverá ser substituído por outro de mesmas características ou superior.

Os serviços de garantia dos serviços contratados deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, em regime 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) online ou, se necessário, nas dependências dos locais de execução dos serviços a saber:



Tabela 16 - Locais de prestação do serviços de garantia.

Unidade	Endereço	Cidade	UF
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF
Centro Regional de Manaus - MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM
Centro Regional de Belém - BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA
Centro Regional de Porto Velho - PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO

### 1.7 Do Pagamento

Os pagamentos da cota de participação na Rede serão realizados anualmente, com os ajustes correlatos aos níveis mínimos de serviços não atingidos ou outras ocorrências mediante avaliação e registro formal das mesmas.

O pagamento será o somatório do valor devido pelo Censipam, descontados os valores correspondentes a eventuais glosas ocorridas e de eventuais multas devidas pela contratada.

Não será aplicada a remuneração a Contratada pela movimentação de dados entrantes ou saíntes.

### 1.8 Das Disposições Legais

Serão observadas, tanto pelo Censipam quanto pela Contratada, as disposições e obrigações sobre proteção de dados pessoais, especialmente aquelas oriundas da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações.

Os serviços prestados não poderão estar em desacordo com os parâmetros previstos na Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, da ANATEL.

## APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

### CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
(local) (data: xx/xx/xxxx)

Ao

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Processo de Licitação Nº \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, , CPF/Passaporte nº , em conformidade com os termos do Processo de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. , como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº , a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

Nome completo da Autoridade que assina  
Identificação do LICITANTE

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ  
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representate Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

**APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO**  
**CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-MD**

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ( )
Endereço eletrônico (e-mail):	

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE**

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SEI/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;
- III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Censipam para qualquer tipo de conferência;
- IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;
- V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.
- VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.
- VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;
- IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e
- X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao Censipam, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Residência.
- Registro Geral (Identidade).
- CPF.
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SEI-MD, disponível em: [https://sei.defesa.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Nome Legível  
Assinatura conforme documento com foto Apresentado

## **APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO (MODELO)**

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa, Tecnologia e Inovação – MCTI, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

#### **Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## **Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

## **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

**Parágrafo Segundo** – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## **Cláusula Nona – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA:

\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO DE CIÊNCIA  
(MODELO)**

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Censipam.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Ciência  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_

Funcionários

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE V - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**  
**TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

**Identificação**

<b>Contrato Número:</b>	
<b>Objeto:</b>	
<b>Contratante:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Contratada:</b>	
<b>CNPJ:</b>	

**Termos**

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: .

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;



c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;

d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo, e:

f) . Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

**CONTRATANTE**  
**Autoridade da Área Administrativa**

**CONTRATADA**  
**Representante Legal**

Matrícula:

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gomes Fernandes, Integrante Técnico**, em 12/07/2022, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Enedelson Passos da Maceno, Diretor(a), substituto(a)**, em 12/07/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Nina Mercia Lima Santos, Assessor(a)**, em 12/07/2022, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 13/07/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **5311856** e o código CRC **34D58397**.